

**RUI BARBOSA: ESTADO E EDUCAÇÃO NA IMPRENSA EM 1889<sup>1</sup>**

**Cristiane Silva Mélo<sup>2</sup>**  
**Maria Cristina Gomes Machado<sup>3</sup>**  
**Universidade Estadual de Maringá**

**RESUMO:**

Este artigo discute a concepção de Rui Barbosa (1849-1923) acerca do papel do Estado e da educação no desenvolvimento da sociedade brasileira, expressa em seus escritos jornalísticos editados em 1889, no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Este autor participou da vida pública nacional por quase cinquenta anos, foi um intelectual atuante na defesa de ideais progressistas em época que o país vivenciava intensas mudanças no campo político, econômico, cultural e social. Para Rui Barbosa, a educação em conjunto com outras reformas era importante no progresso do Brasil. No supracitado jornal, dentre muitos assuntos, discutiu sobre a situação do ensino público do período destacando a necessidade de realização de reformas significativas no âmbito educacional. Considerava que o Estado devia responsabilizar-se pela educação e preocupar-se com assuntos relacionados ao ensino e ao desenvolvimento científico do país de modo a realizar mudanças efetivas na área da educação possibilitando a oferta de um ensino qualitativo e acessível à toda população.

**Palavras-chave:** História da Educação Brasileira; Pensamento Pedagógico de Rui Barbosa; Sistema Educacional; Estado e Educação.

**RUI BARBOSA: STATE AND EDUCATION IN THE PRESS IN 1889****ABSTRACT:**

This article argues the conception of Rui Barbosa (1849-1923) concerning the role of the State and the education in the development of the Brazilian society, seen in its edited journalistic writings in 1889, in the Daily periodical of *Diário de Notícias* in Rio de Janeiro. This author participated in the national public life for fifty years, was an operating intellectual in the defense of progressive ideals at time that the country lived deeply intense changes in the field of politics, economics, cultural and social aspects. For Rui Barbosa, the education together with other reforms was important in the progress of Brazil. In the above-mentioned periodical, amongst many subjects, argued the necessity of accomplishment of significant reforms in the educational scope on the situation of the public education of the period. He considered that the State had to be responsible for the education and to be worried about subjects related to the education and the scientific development of the country in order to carry through changes effective in the area of the education making possible offers of a qualitative and accessible education for all the population.

**Key words:** Brazilian Education History, Rui Barbosa's Pedagogical thought, Educational System, State and Education.

## Introdução

O final do século XIX, no Brasil, foi marcado por profundas mudanças no âmbito político, econômico, cultural e social. No país, intensificou-se o ideário de progresso e muitos intelectuais propuseram reformas em defesa do desenvolvimento da sociedade brasileira. Considerava-se o progresso indispensável para que o Brasil alcançasse o nível de desenvolvimento de países industrializados da época. Rui Barbosa<sup>4</sup> (1849-1923), nesse contexto, discutiu inúmeras questões de cunho político e social objetivando o progresso do país. Abordou assuntos importantes que foram objetos de debate na época, como a economia brasileira, a questão eleitoral, o incentivo à industrialização, a emancipação dos escravos, a imigração européia, o fim do Império, entre outros. Envolveu-se nas lutas que geraram transformações no país, como a mudança do trabalho escravo para o livre, a mudança do regime monárquico ao republicano e a modificação de uma economia hegemonicamente agrária para a organização de uma indústria embrionária (MACHADO, 2002). Defendeu seus ideais nas diferentes atividades profissionais que exerceu ao longo da vida.

Rui Barbosa considerava que a educação juntamente com outras reformas era fundamental no desenvolvimento do Brasil. No jornal *Diário de Notícias* (1889), dentre diversos assuntos, discutiu sobre a educação chamando atenção à necessidade de realização de reformas efetivas no campo educacional que possibilitasse a oferta de um ensino de qualidade. Para Rui Barbosa, as reformas a se realizarem no ensino brasileiro em benefício da população devia ser de responsabilidade do Estado, que acreditava ser o órgão que tinha por obrigação o dever de preocupar-se com assuntos relacionados à educação e ao desenvolvimento científico do país.

Neste artigo, objetivamos, em especial, discutir a concepção de Rui Barbosa acerca do papel do Estado e da educação no desenvolvimento da sociedade brasileira, expressa em seus artigos jornalísticos publicados em 1889 no jornal *Diário de Notícias*, em circulação na cidade do Rio de Janeiro, na época, sede do Império. Os artigos de Rui Barbosa editados nesse jornal consistem em importantes fontes para a história da educação brasileira. Nesses escritos, o autor comentou sobre a situação da educação no último ano do Império, propôs mudanças na organização do ensino da época e discutiu diversas questões, assuntos e acontecimentos que permearam o ensino público do país nos meses que antecederam proclamação da República.

## Rui Barbosa e a sociedade brasileira no final do Século XIX: o discurso acerca do Estado e educação

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi marcada por importantes acontecimentos. Segundo Fernando de Azevedo (1963), em nenhuma época do século XIX, depois da Independência, decorreram acontecimentos tão significativos como nas décadas finais do século XIX, onde se notou o primeiro surto da industrialização, foi estabelecida uma política imigratória, ocorreu a abolição completa da escravidão, em 1888, desenvolveu o início da organização do trabalho livre e houve a implantação de um novo regime político com a queda da monarquia (1889), a República, que levou à federalização das províncias. Esses fatos geraram transformações na estrutura política, econômica e social do país.

Nessa época, sob o aspecto cultural, nota-se a presença de novas idéias como o positivismo, evolucionismo, crítica religiosa, darwinismo, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, entre outras. A literatura, em especial a poesia, adotou temas sociais como a escravidão, o regime político e a questão religiosa. Importantes intelectuais como

Machado de Assis, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Raul Pompéia, José Veríssimo, entre outros, destacaram-se na sociedade brasileira. (SAVIANI, 2004)

No Brasil almejava-se o “progresso”. O país caminhava rumo a modernização, que era desejada principalmente pela classe dominante e média. A modernização era necessária por causa das mudanças que estavam ocorrendo na base da sociedade exportadora brasileira, que de “rural-agrícola” passava a ser “urbano-industrial” (RIBEIRO, 1998).

Rui Barbosa foi um divulgador de idéias progressistas, propondo projetos para mudança social. Para ele, a educação, ao lado de outras reformas, era fundamental no progresso do país, o ensino de qualidade podia contribuir no desenvolvimento da indústria nacional e na conseqüente modernização da sociedade brasileira, assim, discutiu sobre assuntos relacionados à educação, enfatizando o ideário de reformas nos níveis de ensino que pudesse proporcionar uma educação qualitativa à população.

Rui Barbosa comparava a situação do Brasil com a dos países industrializados e mais desenvolvidos. Em relação à educação, considerava que o ensino brasileiro não tinha muita qualidade devido a poucos investimentos que eram feitos no campo educacional. Para ele, os países desenvolvidos investiam bastante na educação atribuindo grande importância ao ensino público. Argumentava que alguns países da América viam a ciência como um meio de progresso, e mesmo países que passavam por problemas na época, como a França, depositavam na ciência esperança de reabilitação, enquanto o Brasil não fazia o mesmo.

[...] a França não põe senão na ciência a esperança da sua desafrota; e à ciência as grandes repúblicas americanas confiam a sua evolução maravilhosa, resultado exclusivo da energia irresistível que as nações adquirem no conhecimento real do universo, sondando nos seus repositórios inesgotáveis, que entesouram em si todo o futuro da espécie humana. Mas os estadistas brasileiros ainda não se habituaram a ligar a estas palavras a sua equivalência em prosperidade, em poderio, em moeda. (BARBOSA, 1947a, v. XVI, t.IV, p. 46)

Rui Barbosa considerava que o investimento na educação repercutiria em benefícios ao país na forma de desenvolvimento intelectual da população brasileira, em conseqüência, acarretaria mudanças no meio social rumo ao progresso (MACHADO, 2002). A educação contribuía também no andamento e desenvolvimento das indústrias brasileiras uma vez que estas passavam a exigir mão-de-obra instrumentalizadas com conhecimentos para operar maquinários, assim, a instrução, para o autor, tornara indispensável na formação do trabalhador necessário para as novas relações de trabalho advindas com o processo de industrialização. Pela importância que atribuía a educação na modernização da sociedade brasileira, Rui Barbosa envolveu-se na defesa de reformas no ensino público destacando a necessidade de realizá-las no país.

[...] Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob esta invocação conservadores e liberais, no Brasil, podem reunir-se em um terreno neutro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é *conservador em matéria de ensino* voltaia (sic) as costas ao futuro, e desposa os interesses da

ignorância. É preciso criar tudo; porquanto o que aí está, salvo raríssimas exceções, e quasi todas no ensino superior, constitue uma perfeita humilhação nacional. (BARBOSA, 1947b, v. XVI, t. I, p. 143, grifo do autor)

Em seus pareceres sobre a educação<sup>5</sup>, a *Reforma do Ensino Secundário e Superior*, escrito em 1882 (BARBOSA, 1942) e a *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*, de 1883 (BARBOSA, 1947b), comentou dados sobre a organização do sistema escolar em diversos países e descreveu a situação do ensino primário, secundário e superior do Brasil propondo reformas nestes níveis relacionando às novas necessidades sociais. (MACHADO, 2004)

Rui Barbosa foi um dos primeiros intelectuais, ainda no Império, a discutir a necessidade da organização de um Sistema Nacional de Ensino, sendo este efetivado apenas em 1961 com o estabelecimento da primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (BRASIL 1961/Lei 4.024). Ele defendeu a construção de novos prédios escolares, a criação de um Museu Pedagógico Nacional e de um Ministério da Educação Pública.

O autor defendeu uma educação que considerasse a experiência, a observação e a compreensão para o aluno gostar de aprender. Destacou o método intuitivo ou *Lições de Coisas*<sup>6</sup> como eficaz no ensino. Acreditava que era preciso inserir no currículo educacional o ensino das ciências, do desenho, da geografia, da ginástica, do canto, entre outros.

Rui Barbosa propôs a criação de cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho; valorizava o conhecimento científico como importante para o desenvolvimento social e o ensino de cultura moral e cívica como um instrumento civilizador da sociedade. Suas reformas de ensino visavam preparar os indivíduos para a vida, formando “o *trabalhador* e o *cidadão* necessários à sociedade brasileira em processo de transformação” (MACHADO, 2004, p. 74, grifo do autor).

Pela educação seria possível preparar o homem para o trabalho, fosse agrícola ou industrial. Nessa preparação, o conteúdo escolar ocupava um lugar importante; no cerne dele as ciências assumiam papel fundamental. Esta se mostrava necessária para o trabalho numa sociedade industrializada [...] o ensino do desenho defendido pelo autor em questão voltava-se para o exercício da visão e da coordenação motora, de forma que os alunos pudessem utilizar-se dessas habilidades no trabalho industrial [...] sua intenção era, tal como já estava sendo praticado em outros países, associar a arte do desenho industrial, aplicando-a ao trabalho fabril e mecânico. Pretendia dessa forma contribuir para o progresso do país, pois era necessário criar a indústria nacional. (MACHADO, 2004, p. 75)

Nos anos finais do Império a escola passou a ser vista como uma instituição responsável pela formação do sentimento da cidadania, que era necessária para direcionar o país ao progresso e a consolidação da democracia (SCHELBAUER, 1998). Rui Barbosa destacou a educação moral e cívica para a formação do cidadão e defendeu a educação como exigência para ser eleitor considerando que podia contribuir na formação de eleitores inteligentes em busca da liberdade.

Rui Barbosa acreditava que a educação pelos benefícios que podia proporcionar ao país devia ser de responsabilidade do Estado. Ele defendeu a necessidade do Estado assumir a oferta da educação desde os jardins de infância até a faculdade, buscando garantir o acesso das camadas populares ao ensino. (MACHADO; ARAÚJO, 2005). Para o autor, os governantes tinham por obrigação deixar interesses individuais e investir mais na área educacional, a atividade do ensino devia estar à serviço da nação que seria a que lucraria com a qualidade do ensino do país, sendo que o investimento aplicado no ensino público proporcionaria benefícios econômico e sociais no país.

O Estado devia preocupar-se com assuntos relacionados à educação e ao desenvolvimento científico do país. Era preciso que ministros realizassem reformas no ensino brasileiro e promovesse o desenvolvimento do conhecimento científico com vistas ao progresso da sociedade (BARBOSA, 1947a). Assim, escreveu sobre essa responsabilidade atribuída ao Estado:

O Estado tem deveres para com a ciência. Cabe-lhe, na propagação dela, um papel de primeira ordem; já porque do desenvolvimento da ciência depende o futuro da nação; já porque a criação de focos científicos de ensino é de extrema dificuldade aos particulares; já porque entre a ciência e várias profissões, que entendem com a conservação dos indivíduos, a segurança material e a ordem jurídica das sociedades, há relações cujo melindre exige garantias, que só a interferência do Estado será capaz de oferecer. (BARBOSA, 1947b, v. X, t. I, p. 175)

Para Rui Barbosa, o Estado, porém, não podia intervir na liberdade de ensino dos educadores e nem impor o ensino religioso obrigatório, mas contribuir na qualidade do ensino por meio de investimentos de modo a garantir uma escola gratuita, laica e obrigatória à população.

[...] O Estado é apenas a organização legal das garantias de paz comum e mútuo respeito entre as várias crenças, convicções e tendências que disputam, pela propaganda persuasiva, o domínio do mundo. A verdade científica, a verdade moral, a verdade religiosa estão fora de sua competência [...]. (BARBOSA, 1947b, v. X, t. II, p. 5)

No final do século XIX acentuou o debate acerca da intervenção do Estado na educação, principalmente, no que referia a organização de um Sistema Nacional de Ensino. Este assunto foi polêmico, discutia-se o ensino da população como sendo uma questão de ordem pública atribuindo ao Estado a função de unificar o sistema educacional, ou ao menos regulamentá-lo e fiscalizá-lo, e por outro lado defendia-se a educação como uma questão de ordem privada, de cunho familiar, cabendo ao Estado auxiliar as famílias assegurando a liberdade de ensino. Esse debate intensificou-se ainda mais na República. No Império, Rui Barbosa foi quem propôs a criação de um órgão de coordenação e difusão do ensino, objetivando a formação de um sistema de educação. O fato é que a educação nacional encontrava-se desarticulada entre as províncias, era necessário que o país a organizasse sob os cuidados do Estado para a oferta de um ensino mais qualitativo a população (SCHELBAUER, 1998) de maneira que se alcançasse a civilização, mais homogênea, pretendida.

Rui Barbosa tendo sido, sobretudo, um político e jurista, apresentou contribuições importantes para a educação. Exerceu a atividade de professor apenas em um curso noturno de alfabetização de adultos, ainda quando era estudante de Direito, em São Paulo.

Não se dedicou especificamente às atividades educacionais, mas sua obra como político, parlamentar e jurista e o interesse por assuntos relacionados à educação justificam a inclusão de seu nome entre educadores (VENÂNCIO FILHO, 2002).

### **Rui Barbosa: o papel do Estado e da educação na imprensa em 1889**

Em 7 de março de 1889, Rui Barbosa assumiu a direção do jornal *Diário de Notícias* (RJ). Exerceu durante sete meses, de março a novembro, o cargo de redator-chefe do jornal. Publicou inúmeros artigos em campanha pela federalização das províncias, defendendo, também, idéias e aspirações progressistas na conquista de adeptos às causas defendidas.

Para Rui Barbosa, a imprensa exercia imensa influência no público sendo um elemento que contribuía na formação da opinião nacional, assim, utilizou veículos de imprensa como meios de propagar suas campanhas cívicas ou políticas e tornar público seus ideais. Em vida, colaborou em diversos jornais iniciando sua atividade de jornalista em 1868, em São Paulo, enquanto estudante de Direito, no jornal político e literário “A Independência”. A imprensa sempre o exerceu fascínio, contribuiu significativamente em importantes jornais<sup>7</sup> brasileiros, deixando em 1923, no ano de sua morte, inacabado o seu último trabalho escrito sob o título *A Imprensa e o Dever da Verdade*. Rui Barbosa considerava a imprensa fundamental no país, acreditava que ao ser utilizada de forma “correta” podia contribuir para com a ordem social, para tanto devia ser íntegra e manter compromisso com a verdade.

A imprensa, de mais a mais, não representa somente uma liberdade de caráter individual: é um direito de ordem política. *Num país, onde todos os poderes emanam do povo, onde a autoridade pública se transmite, pelo escrutínio, da nação para os seus representantes, a imprensa constitui um elemento necessário da ordem social, um princípio orgânico na existência das instituições.* Eliminado a publicidade jornalística, o governo abole de fato a eleição, privando a opinião dos meios de formar-se, de entender-se, de pronunciar-se. (BARBOSA, 1949, v. XX, t. IV, p. 142, grifo nosso)

No *Diário de Notícias* objetivou instaurar um jornal autêntico à serviço da verdade e da justiça, sem receio de determinações de autoridades e de partidos políticos da época.

Dessa maneira, quando, com o convite de redigir e dirigir o *Diário de Notícias*, gazeta, até aí, de modestíssima cotação, [...] resolvi tentar a minha grande experiência, instaurando um jornal sem interesses, nem partidos, de liberdade na ordem, conservação no progresso e reforma na legalidade, mediante o qual buscássemos inocular, na substância do velho regímen o princípio de sua regeneração, da sua reconstituição, com pertinácia, franqueza e energia. (BARBOSA, 1947c, p. XXV)

Na análise dos escritos jornalísticos de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias* é possível identificar discussões acerca da educação, de questões referentes à cidade do Rio de Janeiro e à sociedade brasileira, de assuntos políticos e sociais em suas diversidades e críticas realizadas aos integrantes da Família Real.

Rui Barbosa, nesse jornal, comentou sobre a situação da educação brasileira da época destacando a necessidade de realização de reformas significativas no campo

educacional, em especial no ensino secundário e superior. Argumentou que o ensino público, pelo que se podia observar, dirigia-se à decadência. As reformas propostas para o ensino secundário e superior até àquele momento não haviam provocado mudanças significativas no sistema educacional, pois estavam submetidas a interesses individuais de governantes, que mais se preocupavam com a satisfação das próprias necessidades do que com a qualidade do ensino público vigente.

O campo educacional no final do Império apresentava inúmeros problemas, dentre eles uma rede escolar primária bastante precária, com um corpo docente predominantemente leigo e incapacitado; uma escola secundária freqüentada exclusivamente por filhos das classes economicamente favorecidas, que ofertava um ensino literário completamente desvinculado das necessidades reais do país assim como um ensino superior desvirtuado nos seus objetivos (HOLANDA, 1985). Para uma população de quase 14 milhões de habitantes havia cerca de 250.000 matriculados em instituições de ensino primárias, essa quantidade juntada ao número de inscritos em todos os outros cursos aproximava-se a 300.000 estudantes, equivalente a cerca de 15% da população em idade escolar; para cursar o ensino secundário o aluno nem precisava concluir o ensino primário, assim este encontrava-se distante do secundário (PILETTI et al, 2005). A educação era deficiente em sua qualidade. Verificava-se, em todos os níveis da organização escolar, um ensino “pobre” de conteúdo, sem preocupação científica e filosófica, completamente desvinculado da vida, dessa forma, o ensino possibilitou a alfabetização de alguns indivíduos, a formação de poucos conhecedores de Latim e Grego e de uma pequena quantidade de doutores. (HOLANDA, 1985)

Rui Barbosa em vários artigos criticou o ensino secundário do país, propondo mudanças em sua organização. Destacou que este nível da educação caracterizava pela aprendizagem mecânica de conteúdos que visavam apenas a aprovação nos exames de provas de capacidades. Apontou que um dado lamentável era que o ensino secundário da época, até mesmo os estabelecimentos privados, havia se convertido em instituições que possuíam o único propósito de preparar alunos para serem aprovados nos exames; comentou que as escolas secundárias não se preocupavam com a qualidade do ensino que era ofertado, e sim, com a quantidade de conteúdos necessários para a aprovação nas provas e ingresso no ensino superior. Afirmou que os métodos de ensino aplicados na educação secundária possuíam caráter mecânico e não possibilitavam o desenvolvimento de habilidades intelectuais e cognitivas do sujeito.

Pais e alunos também possuíam uma preocupação exagerada com a aprovação nos exames. Segundo Rui Barbosa, essa era uma realidade que dificultava o desenvolvimento de instituições de ensino de qualidade, pois os estabelecimentos que enfatizavam um ensino qualitativo acabavam não sendo valorizados, enquanto os colégios que asseguravam aprovações nos exames eram os que recebiam prestígio. O autor em seus artigos apontou a existência da “mercantilização” do ensino, o aluno bastava pagar para receber certificados e realizar cursos, sendo freqüente o favorecimento de amigos e parentes na obtenção de certificados, situação que de acordo com Rui Barbosa (1947 a, t. I, p. 248) consistia-se na “derradeira expressão da decadência do ensino” que se podia observar na época. Assim, em artigo (BARBOSA, 1947a, t. I, p. 248) publicado em 1 de abril de 1889, escreveu:

O curso de preparatórios converteu-se, em última análise, numa questão de nepotismo venal. Há taumaturgos aprovadores para os ínfimos graus da incapacidade; há tarifas, há escalas de preços segundo a gradação do tempo. Este não entra no cálculo, senão acessoriamente, para determinar a despesa; porque milagreiros há, que preparam, indiferentemente, em

dez meses, ou em um, contanto que se não desfalque a espórtula taxada. Desembolsá-la em parcelas mensais, aturando os enfados de um ano de freqüência, ou por uma vez, trinta dia antes da prova decisiva, é questão de meios, ou paciência, no candidato. Pague, e os maiores abismos de ignorância ou estupidez lhe serão relevados.

Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, criticou o fato de existir nos cursos preparatórios estudos avulsos, que, em sua opinião, não consideravam as disciplinas em suas seqüências lógicas e não produzia um ensino eficaz. As aulas priorizavam apenas conteúdos necessários para que o aluno pudesse ser aprovado nos exames de capacidade e adentrar nos cursos superiores, o ensino não visava uma preparação para a vida. Dessa forma, o autor em escritos jornalísticos de 1889 criticou a organização do ensino secundário da época:

A preparação para o ensino superior não há de ser, como é entre nós, um xadrez de estudos avulsos no espírito do aluno, e apenas artificialmente ensamblados, pelos nossos carpinteiros de inteligências, nos quadros dos programas. É um todo orgânico, uma unidade natural, uma evolução progressiva, que a linguagem contemporânea exprime distintamente pelo vocábulo *cultura*.[...] tomamos o cérebro do adolescente, esse terreno ávido de amanhã racional, como se fosse um toro de madeira entregue ao fasquiador; enxequetamos-lhe, a serra, a martelo, a enxó e a cola, meia dúzia de escaques envernizados com o nome de *preparatórios*, e os entregamos às academias, para que convertam em *doutores* esse pau lavrado. (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. I, p. 238, grifo do autor)

Com o Ato adicional de 1834, configuraram-se dois sistemas de ensino secundário: o sistema regular seriado e o sistema irregular. O sistema regular seriado era oferecido no Colégio Pedro II (criado em 1837), em alguns estabelecimentos privados e nos Liceus provinciais, prédio onde as aulas régias eram reunidas, organização que levou à formação dos primeiros currículos seriados, mas, com a preocupação de oferecer as disciplinas nos exames preparatórios para o ensino superior. O sistema irregular era constituído pelos cursos preparatórios que permitiam o ingresso no ensino superior sem a conclusão do ensino secundário regular, bastava o aluno ser aprovado nos exames parcelados. O Colégio Pedro II acabou por impor um modelo curricular padrão para o ensino secundário; os cursos regulares públicos eram os que possuíam maior prestígio, por serem modelo, e foram privilégios da elite. (ZOTTI, 2005)

Em meados do século XIX, o ensino secundário apresentava-se desarticulado; havia poucos colégios e muitas aulas avulsas sem continuidade entre elas. Em 1854, no Brasil, existia no ensino oficial, vinte liceus, cento e quarenta aulas avulsas, freqüentadas por 3.713 alunos (HOLANDA, 1985). Nos anos finais do Império persistiu a existência de uma educação fragmentada, com aulas avulsas sem continuidade, em um ensino elitizado. O Colégio Pedro II, que devia ser padrão passou a adotar o sistema de cursos avulsos com freqüência livre e exames parcelados. Ao comentar sobre a organização da educação secundária Rui Barbosa em 31 de março de 1889, em artigo intitulado “Ensino Secundário” (BARBOSA, 1947a, v. XVI, t. I, p. 241, grifo do autor) destacou:

Na concepção científica do ensino, as matérias têm uma seriação natural, positivamente determinada pela relação lógica, em que se desdobram umas das outras. Por outro lado, como, ao aspecto racional, o valor da instrução se aprecia, não pela quantidade de elementos mortos, digamos

assim, que a retentiva acumula, mas pela assimilação orgânica das noções incorporadas na massa das idéias, a seriedade dos conhecimentos obtidos nos vários ramos das disciplinas preparatórias não se pode avaliar com acerto por exames esparsos acerca de cada um deles, senão pelo *estado intelectual* do aluno, pela verificação do *seu desenvolvimento geral*.

Para o autor, os conhecimentos avulsos, e sem conexão entre si, ao serem transmitidos para serem decorados não proporcionavam uma educação eficaz e de qualidade, certamente, logo após realizarem as provas os alunos esqueceriam os conhecimentos que passavam a não ter sentido na vida desses indivíduos.

Rui Barbosa, almejando mudanças na forma de organização do ensino secundário da época, criticou o programa de exames que os alunos prestavam antes de adentrarem nos cursos superiores, propondo alternativa de mudança. Para o autor, a organização das “provas de capacidade” determinava a forma do ensino secundário, pois este visava o preparo para a realização dos exames. Ele propôs uma reforma nos testes: destacou a necessidade da implantação do “Exame Madureza”, um modelo alemão, como o ideal a ser seguido no Brasil. Este exame consistia-se em um teste, que abrangia na prova conteúdos de diversas disciplinas, assim, exigia conhecimento das diversas matérias e não apenas conteúdos fragmentados.

Para o autor, se o ensino secundário fosse reformado de modo a melhorar a educação, teria como conseqüências melhoras no ensino superior. A educação superior era atingida com a precarização do ensino antecedente, uma vez que os alunos das faculdades eram preparados pelas instituições secundárias, que por sua vez recebia alunos provenientes de instituições primárias, que, também, apresentavam problemas.

Rui Barbosa em escritos jornalísticos (BARBOSA, 1947a), comentou sobre a proposta de reorganização do corpo docente de uma instituição de ensino superior, a Escola Militar. Segundo o autor, as reformas nesse nível de ensino estavam subordinadas aos interesses particulares de governantes, que colocavam a frente assuntos partidários. Professores qualificados e concursados deixavam de ser contratados por instituições públicas por não apoiarem específicos partidos políticos da época, muitos docentes eram ultrapassados por outros indicados que não possuíam qualificação, mas pertenciam a partidos de ministros ou eram parentes, assim professores sem preparo assumiam cargos sem terem alcançado uma boa posição nos concursos.

O autor, no *Diário de Notícias* criticou o fato de haver no país contratação de profissionais para instituições de ensino superiores pelo modo de apadrinhamento; realizou críticas a posição do ministério em buscar nomear professores sem concursos para a profissão docente e afirmou que o governo ministerial, na proposta de reformas nos cursos superiores, buscava sempre produzir mudanças a favor de seus próprios benefícios prejudicando as instituições de ensino que eram destinadas ao desenvolvimento do caráter nacional.

[...] De cada vez que se oferece, atualmente, ao ministério do império ensejo de pôr as mãos nas faculdades, é para as lesar no seu patrimônio intelectual, furtando-lhes a aquisição dos grandes talentos, das sumidades profissionais, substituídas, em detestáveis transações, por criaturas da afilhadagem partidária, a mais absorvente de todas, pela inumerabilidade das suas forças, que se chamam de legião, a mais cínica na irresponsabilidade do seu anonimato, exercido pelos chefes em nome

da multidão ávida e cega, que comandam . (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. VI, p. 99).

Para Rui Barbosa, um fato que também dificultava o ensino superior de qualidade era a atitude do governo em não investir em assuntos relacionados ao desenvolvimento científico do país. Ele criticou a atitude do Estado em se posicionar indiferente a assuntos relacionados ao ensino científico, destacando a falta de apoio do governo às questões relacionadas à propagação da ciência. É importante frisar que nos anos finais do Império, os estabelecimentos de ensino superiores ao visar a qualidade literária e o preparo profissional, muitas vezes tecnicamente, não valorizavam a pesquisa científica. No campo da física, por exemplo, o que era ensinado importava-se da Europa (HOLANDA, 1985), não havia investimentos no progresso científico do país nem por incentivo dos governantes e nem pela organização do ensino superior vigente.

Rui Barbosa em seus artigos (BARBOSA, 1947a) publicados, em 1889, no *Diário de Notícias*, discutiu muitos assuntos que envolviam direta ou indiretamente a educação. Destacou a importância dos professores no desenvolvimento de um ensino de qualidade; defendeu a liberdade de expressão dos professores no ensino que priorizavam a transmissão de fatos verídicos; discutiu sobre a organização de uma instituição de ensino denominada Instituto Köpke, que considerava “boa, moralizadora e patriótica”, onde cercada pelo “espírito do ensino moderno” era um exemplo de escola científica e educadora; criticou o ministério 10 de março, o governo e o Ministério da Justiça, por não cumprir rigorosamente as leis referentes aos cargos públicos de justiça e comentou sobre a repressão dos monarquistas à manifestação republicana ocorrida na Faculdade de Medicina da Bahia, destacando que a manifestação, a qual teve a participação de estudantes, possuía caráter inofensivo, sendo a desordem propagada pelos grupos monarquistas a favor da causa monárquica.

Rui Barbosa defendeu a oferta de educação aos escravos libertos, em vista à sua “redenção intelectual”, e aos imigrantes, para adaptação ao país, visando a uma educação para a vida ante as novas relações de trabalho advindas com o processo de industrialização. O autor apontou a necessidade de o Estado assumir a causa defendida de maneira a se responsabilizar pela oferta de educação aos imigrantes e aos libertos. Era preciso que o Estado ofertasse a educação elementar, a posse parcelar da terra e uma instrução agrônômica, para que os trabalhadores libertos pudessem adquirir conhecimentos de técnicas utilizadas na agricultura (MACHADO, 2002) para o trabalho. Para Rui Barbosa, o Estado deveria, também, incentivar a imigração e oferecer condições para que se adaptassem ao país, a imigração era possibilidade de mão-de-obra para as atividades agrícolas e industriais no trabalho livre, os imigrantes sendo instruídos poderiam se utilizar de instrumentos modernos de trabalho.

Em artigo intitulado “A tarifa e o Livro” (BARBOSA, 1947a, t. VII, p. 213-218), comentou sobre a medida defendida no país que previa a isenção de impostos de livros impressos estrangeiros. Esta medida seria implantada pela iniciativa do Sr. Ministro da Fazenda, para Rui Barbosa constituía-se em uma medida que contribuiria para com o desenvolvimento do país, porém, precisava de complementos. Ele acreditava que a isenção de impostos deveria se estender ao material relativo à impressão, inclusive aos papéis de impressão que eram importados com preços altos. Assim, se fosse isentado apenas os livros estrangeiros prontos, a indústria nacional seria prejudicada, pois, no país não haveria produção de livros, uma vez que ficaria mais em conta adquirir os produtos estrangeiros. O autor defendeu para o país uma medida que pudesse contribuir para com a indústria

nacional, acentuando a necessidade de o Estado implantar uma reforma que beneficiasse a indústria brasileira, contribuindo para com o progresso da educação nacional.

Rui Barbosa no *Diário de Notícias* expressou a importância que atribuía à educação e ao Estado. Ele acreditava que a educação possuía um papel significativo e fundamental no desenvolvimento do país, assim como o Estado em seus deveres para com a oferta de um ensino de qualidade à população.

Em seus escritos jornalísticos, o autor destacou que a educação deveria ser acessível aos indivíduos pertencentes de classes menos favorecidas, como os libertos e imigrantes, sendo necessária na formação para o trabalho, que exigia uma nova preparação dos trabalhadores para atuarem nas indústrias em expansão, assim, atribuiu à educação um papel civilizatório, vista como indispensável na formação para o trabalho, para vida e nas relações sociais, necessária no combate contra qualquer tipo de ignorância. Pode-se afirmar, que a educação para Rui Barbosa, nesse sentido, possuía um papel importante no desenvolvimento da indústria nacional e no conseqüente progresso econômico do país. A sociedade brasileira no final do Império, como já ressaltado, buscava se modernizar de modo a acompanhar o progresso dos países industrializados e mais desenvolvidos da época, ele concebia a educação como prioritária no desenvolvimento da sociedade brasileira, isto pode ser verificado em seus artigos.

Rui Barbosa no *Diário de Notícias* importou-se com o ensino secundário e superior, freqüentado, na época, exclusivamente pela elite. Assim, ao destacar a necessidade de oferta de um ensino secundário e superior de qualidade, demonstrou preocupação com níveis de ensino de privilégio da classe média e alta que geralmente tinha possibilidade de exercer importantes cargos na sociedade. Para ele, era preciso uma base educacional sólida para proporcionar a estes indivíduos uma boa educação. Essa educação podia contribuir para com o avanço científico do país, fundamental para o progresso social.

Para ele a educação devia ser de responsabilidade do Estado, que tinha como dever assegurar uma educação para todos com vista ao progresso da sociedade brasileira. Essa organização pública tinha o papel de ofertar um ensino de utilidade, de modo que os indivíduos pudessem utilizar os conhecimentos aprendidos na vida em sociedade, e de qualidade à população pobre e à elite. O Estado tinha por obrigação realizar reformas necessárias na área educacional visando melhoras no ensino e envolver-se mais com assuntos relacionados à educação e ao desenvolvimento científico do país.

Pode-se constatar que a discussão de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* em torno da responsabilidade e dever do Estado para com a educação da época, expressou sua defesa pela implantação de um Sistema Nacional de Ensino, o qual devia ter como ponto principal a participação do Estado na oferta da educação pública qualitativa, de forma a contribuir com um ensino mais organizado nas províncias. O autor destacando assuntos relacionados à educação chamou a atenção do Estado à necessidade de realização de reformas eficazes na área de ensino, pois, argumentava que a organização estatal não estava cumprindo com o dever de proporcionar um ensino de qualidade à sociedade com vista ao seu progresso.

### **Os artigos jornalísticos de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* (1889) como fontes para a História da Educação Brasileira**

As discussões de Rui Barbosa realizadas no *Diário de Notícias*, no último ano em que vigorou no país o regime imperial, contribuíram nas discussões e definições de projetos para um país em transformação. Em seus artigos, Rui Barbosa discutiu inúmeras questões almejando que mudanças ocorressem em diversos âmbitos da sociedade brasileira de modo a possibilitar o conseqüente progresso do país e o desenvolvimento da produção

com base na industrialização, de maneira a alcançar a consolidação do modo de produção capitalista. Utilizou o jornal como um meio de propor as mudanças que considerava necessárias para o país naquele momento, buscando adeptos às idéias defendidas.

Os artigos de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias* em 1889, consistem em importantes fontes para a história da educação brasileira e do pensamento pedagógico. São materiais valiosos para o conhecimento dos ideais de Rui Barbosa acerca da educação, defendidos na passagem do Império para a República, possibilitando a compreensão de um importante período da história da educação nacional e do pensamento educacional de um importante intelectual do país. Por outro lado, permite-nos a ampliação do conhecimento sobre discussões que estavam postas na sociedade da época uma vez que da educação esperava-se que atendesse às necessidades e às novas exigências da sociedade em transformação, e sobre os debates no período acerca da educação popular. São fontes que fornecem informações sobre a situação da educação brasileira no último ano do Império assim como os acontecimentos e questões que permearam a campo educacional nessa época.

Os artigos de Rui Barbosa editados no *Diário de Notícias*, apresentam assuntos que atingiram ápice nas discussões da sociedade da época, momento em que foram postas em questão muitos assuntos à favor da mudança do sistema político, econômico e social existente. Buscava-se progresso e modernização do país defendia-se assim, uma sociedade desenvolvida em termos de sua industrialização. A educação foi para debate entendida como um elemento necessário, sobretudo, para a formação de indivíduos para o trabalho e para o exercício da cidadania, sendo indispensável no progresso social.

Rui Barbosa na *Introdução* (1947c) dos volumes de *Queda do Império* (BARBOSA, 1947a), livros que contém reunidos os artigos de Rui Barbosa publicados no *Diário de Notícias* em 1889, reconheceu a importância da reedição dos escritos em 1921, argumentando ter sido o jornal um veículo bastante influente na época e seus artigos registrou acontecimentos importantes. Assim, ao servir a história daquele tempo, serviria a educação do momento de edição de *Queda do Império*, pois na releitura dos artigos, os leitores teriam a possibilidade de conhecer os acontecimentos que ocorreram em um importante período da história do Brasil. Dessa forma, a reedição de seus artigos seria útil aos investigadores da história do país e aos que se objetivavam ensinar os acontecimentos da época, bem como aos “curiosos do saber”, aqueles que tinham curiosidade em conhecer o Império em seu último ano de vida, buscando entender o passado de um período crítico do país. Segundo Rui Barbosa, o público na leitura da reedição dos artigos de 1889 poderia ver, quase que, como ao vivo, como a monarquia estava à beira de sua decadência, e saber o porquê de sua decadência e desintegração.

O *Diário de notícias*, sob a direção de Rui Barbosa, se tornou um jornal bastante influente na sociedade da época, as vozes do autor passaram a ser uma das mais representativas do país (LIMA, 1947). A campanha pela federalização das províncias, no *Diário de Notícias*, contribuiu para fortalecer os ideais da República. No jornal, Rui Barbosa objetivou fazer campanha em prol da federalização das províncias e não a favor da República, porém a idéia de federalização não obteve adesão favorável da monarquia, embora o Partido Liberal fosse a favor, então a campanha de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* acabou por servir à causa da República, na propagação de idéias progressistas (CARDIM, 1995).

A utilização da imprensa como objeto de estudo leva a contribuição de ricas fontes para a história da educação. Para Nóvoa (1997), o estudo da imprensa não deve se pautar na idéia de reconstruir as idéias dos pensadores do passado, mas, antes de as interrogar a partir de um diálogo com o presente e de compreender as funções que desempenharam

como linguagens de poder. Nessa perspectiva, o estudo da imprensa pode possibilitar o alcance de muitas informações dado a diversidade de interrogações que um texto jornalístico pode proporcionar. A imprensa trata-se de um *corpus* essencial para a história da educação, ela pode ser pensada como um objeto de estudo autônomo que possibilita diversas interrogações a partir de múltiplas perspectivas, referentes aos diferentes objetivos na leitura de jornais, informativos, doutrinários teológicos, entre outros. (NÓVOA, 1997)

A imprensa consiste no melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo, sendo uma das melhores ilustrações da grande diversidade que atravessa o campo de educação, ela é talvez o melhor meio, também, para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática; o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos atores em presença, na sociedade. (NÓVOA, 1997)

### Considerações finais

Rui Barbosa deixou como legado uma imensa quantidade de obras. Foi autor de inúmeros artigos jornalísticos, diversos projetos, pareceres, conferências jurídicas, entre outros. A diversidade de seus escritos consiste em valiosos materiais que expressam o seu pensamento político educacional, caracterizado pela defesa da liberdade e das questões que pudessem beneficiar a população, assim como, possibilitar progressos ao país. Ele atuou significativamente na sociedade brasileira tornando uma das figuras mais importantes do país, hoje é reconhecido pelo esforço em defender suas idéias em prol de uma sociedade que acreditava poder ser melhor.

Rui Barbosa é possuidor de muitos elogios e críticas. Alguns estudiosos e historiadores da educação acreditam que ele foi um idealista no sentido de que lutava decididamente por seus ideais, outros atribuem à ele o título de idealista no sentido que era um sonhador, estava fora do mundo que o cercava, trazia idéias que não podiam ser realizadas no país (MACHADO, 2002). Para Exupero Monteiro (1958 apud MACHADO, 2002, p. 14), ninguém viu tão longe sua época como Rui Barbosa, ele “[...] assemelhava-se ao homem que plantava carvalho para o futuro e não couve para o amanhã”. Rui Barbosa possuía significativos projetos que, na época, não receberam o devido valor, as idéias de reforma do ensino primário, secundário e superior presente em seus pareceres sobre a educação, por exemplo, não saíram do papel.

Ao abordar a educação, Rui Barbosa discutiu questões relativas ao ensino que até hoje são discutidas por analistas e reformadores dos problemas educacionais brasileiros como, por exemplo, a questão da evasão escolar e a formação de professores (NISKIER, 2000). A idéia da “educação para todos e para a vida” defendida por Rui Barbosa, no final do século XIX, é um discurso bastante presente na sociedade atual do século XXI. Constata-se que em termos de educação e de ensino público, ainda, há muito por se fazer.

### Referências

AZEVEDO, Fernando de. A descentralização e a dualidade de sistemas. In: **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BARBOSA, Rui. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I ao VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947. (a).

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Vol. X, Tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947. (b)

\_\_\_\_\_. Introdução. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. (c)

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras Completas**. Vol. IX, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

\_\_\_\_\_. A ditadura de 1893 (Jornal do Brasil). **Obras Completas**. Vol. XX (1893), Tomo IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.

BRASIL, 1961. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. in: VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. **Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1969. p.225-252.

CARDIM, Ermano. Rui Barbosa, o jornalista da República. In: LACERDA, Virgínia Cortes de (Org). **Rui Barbosa: escritos e discursos seletos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A Educação. **História geral da civilização brasileira**. V. 4: Declínio e queda do Império, Tomo II. São Paulo; Difel, 1985. Cap. III

LIMA, Hermes. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. 9-20.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

\_\_\_\_\_. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 65-83.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; ARAÚJO, José Carlo de Souza. Metamorfoses do pensamento liberal de Rui Barbosa: sua posição sobre Estado e Educação. **Revista Diálogo Educacional** - Programa de Pós-Graduação em Educação –PUCPR, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 113-124, jan./abr. 2005.

MONTEIRO, Exupero. **Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1958.

NISKIER, Arnaldo. Rui Barbosa e a educação. In: LUSTOSA, Isabel (at all). **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 20-31

NÓVOA, António. A Imprensa de Educação e Ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo; Escrituras, 1997. p. 11-31

PILETT, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados 1998.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN; Vera Tereza. **O legado educacional do século XX**. Campinas, Editora Autores Associados, 2004.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

\_\_\_\_\_. Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.) **Navegando na História da Educação Brasileira**; Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”- HISTEDBR/ CD-ROM comemorativo 20 anos do HISTEDBR. Campinas, SP: Graf. Faculdade de Educação UNICAMP: HISTEDBR, 2006.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Rui Barbosa. In: BRITTO, Jader de Medeiros; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, jun. 2005. n. 18, p. 29-44. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 24 de Nov. 2005.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é resultante da pesquisa de iniciação científica intitulada “Rui Barbosa: o papel do Estado e da Educação na Imprensa em 1889” iniciada em 2005 e concluída em 2006, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Gomes Machado. O estudo foi realizado junto ao grupo de pesquisa “História, Estado e Educação”, cadastrado no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como vinculado ao Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Essa pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup> Professora Doutora da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>4</sup> Rui Barbosa formou-se em Direito, pela faculdade de Direito de São Paulo, em 29 de outubro de 1870. No decorrer de sua carreira exerceu atividades de advogado, jornalista e parlamentar. Foi Senador, Ministro da Fazenda, Diplomata e um dos mais ativos articuladores da primeira constituição republicana. Representou o

---

Brasil no exterior, sendo Embaixador Extraordinário do país em missão especial em 1907, na Segunda Conferência da Paz em Haia, e em 1916, nas festas do Centenário da Independência Argentina, na cidade de Buenos Aires.

<sup>5</sup> Os pareceres acerca da educação foram redigidos por Rui Barbosa a partir da análise do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1878, que propôs uma reforma no ensino primário e secundário no município na corte e no ensino superior de todo o país. Esse Decreto foi apresentado pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho à comissão da Instrução Pública, a qual estava incumbida de sua aprovação. A comissão era composta por Rui Barbosa, relator, por Thomaz do Bonfim Spinola e Ulisses Viana. Rui Barbosa após analisar o Decreto, redigiu projetos substitutivos, escrevendo seus pareceres sobre a educação. (MACHADO, 2002)

<sup>6</sup> Rui Barbosa contribuiu na tradução do livro “Primeiras Lições de Coisas” do americano Norman Allison Calkins. Este livro foi publicado, em 1886, pela Imprensa Nacional e consistia em um manual de ensino elementar de uso dos professores. A obra foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia, pelo Conselho Diretor da Corte e adotada pelo governo Imperial, teve como epígrafe: “apresentai ao menino antes dos vocábulos as coisas; antes dos nomes as idéias. Industriai-o em observar, executar e dizer” (VENÂNCIO FILHO, 2002, p. 954). No preâmbulo do tradutor, Rui Barbosa destacou a obra como importante, encontrava-se na 40ª edição americana. Ele decidiu traduzir o livro devido ao artigo 4º do decreto n. 7.247 de 19 de Abril de 1879 que introduziu no programa de ensino as “lições de coisas” (MACHADO, 2002). O método intuitivo foi tema constante nos manuais de lições de coisas, representou juntamente com a formação dos professores o núcleo central das reformas que estavam servindo de base para a organização do ensino popular em toda a Europa, assim como nas Américas. O debate em torno do método intuitivo ganhou expressão como parte do movimento de difusão da escola para as classes populares, em momento que os meios para a oferta de um ensino inicial eficaz constituía em uma das maiores preocupações dos que estavam envolvidos na discussão e organização dos sistemas nacionais de ensino. O conhecimento em torno do método intuitivo foi posto em circulação no Brasil, sobretudo, na segunda metade do século XIX, associado à idéia de que o método se constituía em um instrumento capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, foi visto como o método mais apropriado à difusão da instrução elementar entre as classes populares (SCHELBAUER, 2006)

<sup>7</sup> Além da significativa colaboração de Rui Barbosa no “Diário de Notícias” (RJ/1889) (1910 a 1912), destaca-se sua contribuição no “Jornal do Brasil” (RJ/1893), “Jornal do Comércio” (RJ/1895), “A Imprensa” (RJ/1898), entre outros.

Recebido em 20 de janeiro de 2007.

Aprovado em 01 de março de 2007